

O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



# **BOLETIM DE CONJUNTURA**

**BOCA**

Ano III | Volume 8 | Nº 24 | Boa Vista | 2021

<http://www.ioles.com.br/boca>

ISSN: 2675-1488

<https://doi.org/10.5281/zenodo.5750230>



## DEFICIÊNCIA AUDITIVA E SURDEZ: DO ABANDONO À INCLUSÃO

*José Aleksandro de Araújo Nascimento<sup>1</sup>*

*Jannyse Andrade Seixas<sup>2</sup>*

### Resumo

Introdução: Atualmente existe uma ênfase na análise da Educação Inclusiva do aluno Surdo, e principalmente há um reforço da necessidade do conhecimento dos aspectos históricos e sociais envolvidos nessa questão. Objetivo: Mostrar a problemática educacional enfrentada pelos portadores de Deficiência Auditiva e Surdez ao longo do tempo. Metodologia: Trata-se de uma revisão bibliográfica que abrange a análise crítica da problemática enfrentada pelas pessoas com deficiência auditiva ou surdez e as Políticas Nacionais de educação especial. Resultados e Discussão: Desde a antiguidade até a idade média, pessoas com algum tipo de deficiência, eram tratados como incapazes e por vezes 'monstruosas'. A partir do século XVI, que se iniciou a percepção que os surdos tenham o processo de aprendizado pedagógico sem interferências sobrenaturais. No decorrer dos séculos houve uma considerável mudança de postura frente à questão deficiência, observando-a como uma condição humana. Denominar-se Surdo ou Deficiente Auditivo ultrapassa a perspectiva orgânica, alcançando um prisma histórico e cultural, sendo o primeiro denominado como comunidade e cultura, com língua própria, valorização da sua arte e literatura e com pedagogia particular. A tecnologia assistiva é todo o arsenal de recursos, conceituais e/ou físicos, expressos sob suas múltiplas formas, que possam proporcionar incremento qualitativo e/ou quantitativo na atividade funcional da pessoa com deficiência, e tem seu uso limitado para o deficiente auditivo, devido à pouca popularização do seu uso, tanto relacionado ao valor monetário elevado ou ainda quanto à falta de conhecimento dos profissionais atuantes no processo de aprendizagem do deficiente auditivo. Entraves também existem na disseminação do uso da LIBRAS no ambiente escolar, mesmo existindo leis que fomentam e regulam a obrigatoriedade da Língua de Sinais, tornando sua utilização deficitária e manifestando-se como a maior dificuldade na comunicação e posteriormente na formação do conhecimento acadêmico do Surdo, onde o processo de inclusão ainda se encontra muito deficiente, nas escolas 'especiais' e de ensino regular. Considerações Finais: Em uma cultura onde a 'normalidade' é valorizada e o diferente é tratado como 'estranho', inclusão plena e em sua totalidade, é realizada a passos curtos, mesmo com a existência de Políticas Públicas reguladoras, num processo lento de conscientização e desenvolvimento de conhecimento.

**Palavras chave:** Educação. Inclusão. Surdez.

### Abstract

Introduction: There is currently an emphasis on the analysis of Inclusive Education of the Deaf student, and especially there is a reinforcement of the need to know the historical and social aspects involved in this issue. Objective: To show the educational problem faced by people with hearing loss and deafness over time. Methodology: This is a bibliographical review that covers the critical analysis of the problem faced by people with hearing loss or deafness and the National Policies of special education. Results and Discussion: From antiquity to the present time, people with some kind of disability were treated as incapable and sometimes 'monstrous'. Beginning in the sixteenth century, it began the perception that the deaf have the process of pedagogical learning without supernatural interference. Over the centuries there has been a considerable change of attitude towards the issue of disability, viewing it as a human condition. To be called Deaf or Hearing Impaired surpasses the organic perspective, reaching a historical and cultural prism, being the first denominated as community and culture, with own language, valorization of its art and literature and with particular pedagogy. Assistive technology is the whole arsenal of conceptual and / or physical resources expressed in its multiple forms that can provide a qualitative and / or quantitative increase in the functional activity of the disabled person and has limited use for the hearing impaired due to the little popularization of its use, both related to the high monetary value or even to the lack of knowledge of the professionals working in the process of learning the hearing impaired. These barriers also exist in the dissemination of the use of LIBRAS in the school environment, even though there are laws that encourage and regulate the mandatory sign language, making its use deficient and manifesting itself as the greatest difficulty in communication and later in the formation of the academic knowledge of the Deaf, where the inclusion process is still very deficient, in 'special' schools and regular schools. Final Considerations: In a culture where 'normality' is valued and the different is treated as 'strange', full inclusion and in its totality, is carried out in short steps, even with the existence of regulatory Public Policies, in a slow process of awareness and knowledge development.

**Keywords:** Deafness. Education. Inclusion.

<sup>1</sup> Bacharel em Saúde Coletiva pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Pós-graduado em Saúde Pública e Saúde da Família. E-mail para contato: [alex\\_sandroal@hotmail.com](mailto:alex_sandroal@hotmail.com)

<sup>2</sup> Fonoaudióloga graduada pela Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL). Pós-graduada em Psicomotricidade. E-mail para contato: [seixasjannyse@gmail.com](mailto:seixasjannyse@gmail.com)



## INTRODUÇÃO

O trabalho foi elaborado com base em cada fase do processo de pesquisa bibliográfica, procurando mostrar a problemática enfrentada pelos portadores de deficiência auditiva e surdez ao longo do tempo e o trajeto o qual percorreram da antiguidade aos dias atuais. Uma história de lutas, exclusão e abandono.

A seguir procura-se relatar e definir o que é propriamente o surdo e o deficiente auditivo, o que pode trazer a surdez e seus efeitos na vida do indivíduo. Como pode ajudar e o que fazer para minimizar os efeitos na vida cotidiana e na integração e comunicação da pessoa na sociedade e na vida escolar.

Discute-se também as formas de tecnologia assistiva como meio de facilitar e dar melhor qualidade de vida ao portador torna-se fundamental no mundo onde há avanços tecnológicos inimagináveis. Quais suas funções e em que facilitam e dinamizam a vida do indivíduo usuário de tais equipamentos.

Um dos fatores importante para educação do surdo e sua socialização é a língua de sinais e em particular o ensino de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) em escolas, sua importância para a integração e a aprendizagem. O que a regulamenta e sua importância e uso.

A integração do surdo na escola comum é citada na pesquisa como um desafio que precisa ser travado a cada dia, para que a necessidade que ele tem de aprender e de viver na mesma sociedade, podendo exercer seus direitos, ter sua diversidade e cultura respeitada e de ser atendidos por todos inclusive por profissionais capacitados e qualificados seja colocada em prática.

## METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a constituição deste trabalho foi a revisão bibliográfica, com base em textos relacionados ao tema, coletados em livros impressos, apostilas impressas, revistas, artigos disponíveis ao público e revisadas durante todo o período de preparação da pesquisa, cujas fontes encontradas tanto na língua portuguesa quanto na língua inglesa, formataram o conteúdo apresentado neste artigo.

Seguindo essa vertente, propomos como descritores os seguintes: Surdez; Inclusão; Educação. A escolha de tais setas possibilitou uma linha de pesquisa eficiente para a construção deste trabalho. As informações coletadas foram, então, analisadas sob os critérios de inclusão e exclusão de material, sendo incluídos no contexto as informações de especialistas e de sites confiáveis; que abordam o tema Surdez e Acessibilidade, de forma responsável e o mais aprofundado possível. Com base na combinação dos



termos, a busca foi realizada através da escolha dos melhores termos a serem usados para estratégia de busca, bem como na combinação entre eles, realizado conforme o objetivo do estudo aqui apresentado.

Excluimos dados coletados em sites cujas páginas expiraram durante o período de pesquisa, de publicações sem referências ou com referências incompletas, além de dados inconciliáveis com esta revisão literária.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### A exclusão do surdo da antiguidade a idade contemporânea

Em uma sociedade que valoriza a perfeição física pouca ênfase se dá ao ser humano portador de algum tipo de deficiência, ocorrendo com facilidade à exclusão. Pessoas e seres humanos com algum tipo de deficiência auditiva ou surdez foram desde a antiguidade, tratados como pessoas inúteis, incapazes e monstruosas. Sendo elas alvo de imensas crueldades indo do sacrifício a deuses ao assassinato sendo jogadas: em rios, penhascos e mares, como o que ocorria na Grécia, China, Roma e Esparta.

[...] nós matamos os cães danados, os touros ferozes e indomáveis, degolamos ovelhas doentes com medo que infectem o rebanho, asfixiamos os recém-nascidos mal constituídos; mesmo as crianças, se forem débeis ou anormais, nós a afogamos: não se trata de ódio, de razão que nos convida a separar das partes são aqueles que podem corrompê-las (Sêneca *apud* CARVALHO, 1997).

A igreja católica os considerava como pessoas sem alma, mesmo os abrigando tratavam os surdos como escravos e os obrigavam a trabalhos pesados. Utilizavam-se de má interpretação de trechos bíblicos para fomentar a discriminação e o abandono das pessoas com surdez.

A história relata ainda fatos acontecidos com portadores de surdez e outras deficiências que demonstram a falta de conhecimento e discernimento por parte da grande maioria da população ao longo do tempo.

No que nos diz Buccio (2008, p. 29) quando afirma que a:

falta de conhecimento a respeito de algo leva ao preconceito, à criação e a manutenção do estereótipo e do estigma. Assim, no caso das pessoas com necessidades especiais, há um preconceito em relação a essa condição, isso fortalece o estereótipo, formando um círculo vicioso, pois acarreta marginalidade, segregação ou eliminação.



A falta de conhecimento como nos diz o autor em sua citação é responsável por muitas mazelas ocorridas com os portadores de deficiência, pois, o ser humano tem a tendência de excluir ou classificar o que não entende como algo passivo ao desprezo e ao abandono.

Durante a Antiguidade e por quase toda a Idade Média pensava-se que os surdos não fossem educáveis, ou que fossem imbecis. Os poucos textos encontrados referem-se prioritariamente a relatos de curas milagrosas ou inexplicáveis (MOORES, 1978).

É no início do século XVI que se começa a admitir que os surdos possam aprender através de procedimentos pedagógicos sem que haja interferências sobrenaturais. Como nos mostra Juan Pablo Bonet (1620), quando defendeu que (...) “o surdomudo não deve ser considerado como um ser incapaz de falar e de refletir, mas como um surdo capaz de aprender as línguas e as ciências”. Essa descoberta provocou o conhecimento e mostrou que eles são capazes de se escolarizar (FERNANDES, 2010 p. 34). Todos, mesmo mostrando algum tipo de dificuldade, são capazes de se desenvolver se o professor ou mediador utilizar de métodos adequados a sua especificidade.

Foi a partir daí que surgiram relatos de diversos pedagogos que se dispuseram a trabalhar com surdos, apresentando diferentes resultados obtidos com essa prática pedagógica. O propósito da educação dos surdos, então, era que estes pudessem desenvolver seu pensamento, adquirir conhecimentos e se comunicar com o mundo ouvinte. Para tal, procurava-se ensiná-los a falar e a compreender a língua falada, mas a fala era considerada uma estratégia, em meio a outras, de se alcançar tais objetivos. Procurava-se oralizar o surdo com a concepção que era possível fazê-los comunicar-se oralmente “Em síntese, historicamente, o foco das atenções na educação de surdos esteve voltado a questão linguística e não propriamente pedagógica” (FERNANDES, 2010, p. 33).

No decorrer dos séculos houve uma considerável mudança de postura frente à questão deficiência, o homem foi evoluindo e com ele a percepção de que mesmo com deficiência e algumas limitações ele é um ser capaz de desenvolver seu potencial, se comunicar e de dar sua contribuição à sociedade. No entanto, isso só aconteceu quando a deficiência passou a ser considerada como condição humana e não como castigo ou monstruosidade. Isso só veio a acontecer efetivamente depois da homologação do Documento dos Direitos Humanos Internacionais, que tinha em seu texto a defesa da minoria. Tomando como ponto de partida a defesa dos direitos de todos os seres humanos a sociedade passou a se comportar de forma mais humana e preocupada com o desenvolvimento da pessoa com deficiência.



## Deficiência auditiva e Surdez

A audição é um sentido muito importante, pois tem como função básica a localização e identificação da fonte sonora, o estar alerta, a socialização e a comunicação. É também o principal meio pelo qual a linguagem é adquirida. Por isso a pessoa portadora da deficiência auditiva ou da surdez passa problemas com o fator integração. Como o ouvir é imprescindível para a fala e que a mesma é a priori fator preponderante na comunicação humana o surdo há séculos é deixado isolado em seu mundo de silêncio forçado. Há diferentes graus de deficiência auditiva e de surdez, que estão especificadas no quadro 1.

**Quadro 1 - Graus da deficiência auditiva e surdez**

<i>Deficiência Auditiva Leve</i>	<i>Deficiência Auditiva Moderada</i>	<i>Surdez Severa</i>	<i>Surdez Profunda</i>
A criança é capaz de perceber os sons da fala; adquire e desenvolve a linguagem oral espontaneamente; o problema geralmente é tardiamente descoberto; dificilmente se coloca o aparelho de amplificação porque a audição é muito próxima do normal.	A criança pode demorar um pouco para desenvolver a fala e linguagem; apresenta alterações articulatórias (trocas na fala) por não perceber todos os sons com clareza; tem dificuldade em perceber a fala em ambientes ruidosos; são crianças desatentas e com dificuldade no aprendizado da leitura e escrita.	A criança terá dificuldades em adquirir a fala e linguagem espontaneamente; poderá adquirir vocabulário do contexto familiar; existe a necessidade do uso de aparelho de amplificação e acompanhamento especializado.	A criança dificilmente desenvolverá a linguagem oral espontaneamente; só responde auditivamente a sons muito intensos como: bombas, trovão, motor de carro e avião; frequentemente utiliza a leitura orofacial; necessita fazer uso de aparelho de amplificação e/ou implante coclear, bem como de acompanhamento especializado.

Fonte: Elaboração própria.

Analisando o quadro acima a necessidade de se procurar um especialista ao menor sinal de dificuldade de audição, mesmo que seja leve vai dificultar a comunicação e a percepção do mundo pela criança. Acarretando diversos problemas entre eles o de relacionamento, a criança pode se isolar, tornando-se distraída ou irritadiça não respondendo aos estímulos ou respondendo em quantidade menor do que a média esperada pelo seu desenvolvimento. A cada perda mais acentuada há um grau de comprometimento e dificuldade na percepção dos sons dificultando não só audição como a fala do indivíduo portador. Por exemplo, crianças com:



Surdez leve ou moderada, via de regra, comunicam-se utilizando a linguagem oral e desenvolvem relativo domínio do português. No entanto, a perda auditiva pode impedir a perfeita percepção dos fonemas nas palavras, podendo causar problemas na compreensão do que foi dito. Em última análise, essa dificuldade poderá refletir na escrita, ocasionando problemas no processo de alfabetização/letramento (FERNANDES, 2010, p. 87).

Outro fator preponderante que muito pode contribuir para um melhor desempenho do deficiente auditivo ou surdo é o diagnóstico médico precoce, pois ao ter o conhecimento da história de cada pessoa e época em que ocorreu a surdez e grau de prejuízo; Pode-se auxiliar recomendando o tipo de atendimento reabilitacional recebido, oral ou oral com sinais/gestos; estimulação feita para a aquisição da linguagem; aproveitamento dos resíduos auditivos –, bem como o trabalho com a família, auxiliando-a a aprender a lidar com a diferença. Contribuindo assim para que a pessoa com surdez ocupe cada vez mais seu lugar na sociedade.

## Tecnologia Assistiva para Surdos

A tecnologia assistiva é todo o arsenal de recursos, conceituais e/ou físicos, expressos sob suas múltiplas formas, sejam equipamentos, dispositivos ou adaptações, que possam proporcionar incremento qualitativo e/ou quantitativo na atividade funcional da pessoa com necessidades especiais. Podem ser produtos de ações muito simples até manifestações de grande sofisticação, mas que, ao fim, permitam ao indivíduo uma melhora em suas ações no que tange, fundamentalmente, ao autocuidado ou à interação que mantém com seu meio ambiente, proporcionando autonomia e o sentimento de independência. No Brasil, a definição de ajudas técnicas está conceituada no Decreto 3298 de 20 de dezembro de 1999, em seu artigo 19, parágrafo único:

Consideram-se ajudas técnicas, para efeito deste decreto os elementos que permitem compensar uma ou mais limitações funcionais, motoras, sensoriais ou mentais da pessoa portadora de deficiência, com o objetivo de permitir-lhe superar as barreiras da comunicação e da mobilidade e de possibilidade de sua plena inclusão social.

O que se demonstra é que uma sociedade criativa e que disponibiliza diversos recursos para facilitar a vida cotidiana pode garantir a acessibilidade de todas as pessoas surdas ou com dificuldade de fala podendo contribuir muito para a inclusão. Há diversos equipamentos adaptados que podem garantir ao portador uma melhor qualidade de vida. Entre eles os aparelhos auditivos fundamentais para a



maioria dos portadores de deficiência, telefones celulares que podem ser usados por ouvintes e não ouvintes, campainhas de residências que substituíram som por luzes. Pode ser citado ainda alguns tipos de despertadores com luzes capazes de acordar quem estiver dormindo por sua claridade excessiva ou por vibração. Tudo isso foi criado para dar melhor condição de vida para as pessoas que não possuem o sentido sonoro e que precisam de equipamentos que garantam melhor conforto e qualidade de vida.

Para fomentar a inclusão em sala de aula foi criado outro recurso que lançado recentemente no mercado muito contribuirá para a inserção do surdo em sala de aula. É um aparelho denominado estenograma. Este através de um programa de software para surdos capta o som e digita tudo o que o interlocutor diz cabendo ao surdo apenas a leitura e a interpretação da fala. Auxilia e dinamiza o convívio social, essa tecnologia pode ser usada tanto no trabalho quanto em sala de aula. Como a intenção é minimizar ao máximo o efeito da surdez no convívio do dia a dia pode-se dizer que estes contribuem bastante para a diminuição da barreira que eles enfrentam na questão comunicação, aprendizagem e inclusão.

Cada equipamento foi criado com o intuito de minimizar a distância existente entre o portador de deficiência auditiva ou surdez e o ouvinte usuário da língua falada. Incluindo a todos no universo tecnológico e social.

O entrave na aquisição desses equipamentos está situado no elevado valor exigido, pois, sua disponibilidade só está acessível para os deficientes e surdos com um maior poder aquisitivo. Seus benefícios são extensos, no entanto, tornam-se pouco viáveis para a maioria da população por seus altos custos. O que precisamos é que mais empresas fabriquem os produtos e façam cada vez mais pesquisas, pois, assim barateara os produtos tornando-os mais acessíveis a todos os usuários desses determinados equipamentos. A partir do momento que se cria um equipamento que só uma minoria possa adquirir também está se criando outra forma de exclusão.

## O ensino de LIBRAS nas escolas comuns

A escola é muito importante na formação dos sujeitos em todos os seus aspectos. É um lugar de aprendizagem, de diferenças e de trocas de conhecimento, precisando, portanto, atender a todos sem distinção, a fim de não promover fracassos, discriminações e exclusão.

A Declaração de Salamanca (1994) prevê uma educação inclusiva onde todas as crianças podem aprender juntas, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, raciais, linguísticas ou outras. No caso do surdo, sua educação é prevista em sua língua nacional de signos, a língua de sinais.



Em 1994, a Declaração de Salamanca proclama que as escolas regulares com orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias e que alunos com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, tendo como princípio orientador que “as escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras” (BRASIL, 2006, p. 330).

Com a Declaração de Salamanca deu-se ênfase a inclusão das pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais, independente da forma em que ela se apresente, o texto deixa claro que todos têm o direito de frequentar a escola regular e de ser tratados com a mesma igualdade de direitos independentemente de qualquer especificidade.

Em nossas escolas com a inserção do surdo em salas regulares (comuns) houve se a necessidade de inserir nesse contexto a língua brasileira de sinais para que o ensino se torne eficaz.

Muitos surdos têm a Língua portuguesa como segunda língua e a LIBRAS como primeira língua; e é reconhecida pela Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002.

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Junto com a aprovação de leis e de movimentos que procuravam fazer a inclusão sair das páginas para a realidade veio à necessidade de se aprender a língua utilizada por essa parcela da população inserida na escola. A escola e em especial os educadores ainda não absorveram o sentido e a complexidade do ensino de LIBRAS e sua importância fundamental para o pleno desenvolvimento cognitivo e social do aluno portador de deficiência auditiva ou de surdez.

As línguas gestuais - visuais são a única modalidade de língua que permite aos surdos desenvolver plenamente seu potencial linguístico e, portanto, seu potencial cognitivo, oferecendo-lhes, por isso mesmo, possibilidade de libertação do real concreto e de socialização que não apresentaria defasagem em relação àquela dos ouvintes. É o meio mais eficiente de integração social do surdo. (BRITO 1986 *apud* LIMA, 2004, p. 37).

Quando é capaz de se fazer entender e quando entende - se o anseio dos demais se pode notar que há uma troca significativa de conhecimentos, ao se inteirar do que o outro quer se é capaz dizer



também o que quer. No momento que se quebra as barreiras da comunicação todos ganham com isso. É o que ocorre com o surdo quando consegue se fazer entender através de sua linguagem, ele aprende, pois passa a compreender o que foi dito aprende mais e socializa-se, pois:

A língua dos sinais é imprescindível ao surdo, mesmo que este, no início, esteja limitado à comunicação apenas com aqueles que manipulem bem esta língua ou que se iniciem no seu aprendizado. Posteriormente, em contato com a língua oral, sua segunda língua, terá alcançado maior aptidão todos os níveis (psicológico, cognitivo, social e linguístico) para enfrentar a árdua tarefa de seu aprendizado. O surdo já terá tido a prática de socialização através dos sinais, suporte para o aprendizado da língua oral, vale dizer, terá já estabelecido uma comunicação gratificante (BRITO, 1986 *apud* LIMA, 2004, p. 37).

Quase sempre alunos surdos vêm de famílias ouvintes as quais comunicam - se através da fala e com eles em forma de gestos pessoais de comunicação. Cabendo a escola inserir a Língua de Sinais para que a comunicação se torne comum a todos os ouvintes e surdos. O ambiente escolar de sala de aula é um lugar propício para essa troca de conhecimento e da pluralização do ensino de LIBRAS.

LIBRAS é uma língua de modalidade distinta das línguas orais “são línguas espaço visuais, ou seja, as realizações dessas línguas não são estabelecidas através dos canais oral e auditivos, mas através da visão e da utilização do espaço” (QUADROS, 1997, p. 46). Além disso, apresenta uma estrutura gramatical própria. Porém, tanto a criança surda como a ouvinte, têm capacidade de aprender a língua de sinais. É muito importante para o desenvolvimento de uma criança surda a intervenção precoce, ou seja, nos primeiros anos de sua vida, para que ela adquira e desenvolva uma linguagem e, receba estimulação para o seu desenvolvimento cognitivo, afetivo, social e físico. Por isso, a inclusão deve ocorrer desde a educação infantil.

Ao optar-se em oferecer uma educação bilíngue, a escola está assumindo uma política linguística em que duas línguas passarão a coexistir no espaço escolar. Além disso, também será definido qual será a primeira língua e qual será a segunda língua, bem como as funções em que cada língua irá representar no ambiente escolar. Pedagogicamente, a escola vai pensar em como estas línguas estarão acessíveis às crianças, além de desenvolver as demais atividades escolares. As línguas podem estar permeando as atividades escolares ou serem objetos de estudo em horários específicos dependendo da proposta da escola. Isso vai depender de “como”, “onde”, “e de que forma” as crianças utilizam as línguas na escola (BRASIL, 2006)

Para o aluno surdo, é fundamental a presença de um intérprete de LIBRAS para mediar a comunicação em sala de aula. Porém, o professor deve estimular o aluno surdo a pensar, raciocinar; não



deve lhe dar respostas prontas, ele precisa ser tratado como outro aluno qualquer, sem distinção. Sendo assim, o apoio dos colegas e a ajuda nas atividades é muito importante, mas muitas vezes o aluno surdo é deixado de lado nos questionamentos, nos debates, seminários, etc.

Em algumas escolas, o ensino é transmitido pelos docentes numa perspectiva tradicional, sem levar em consideração as limitações físicas ou intelectuais de seus alunos, ou seja, transmitem um ensino técnico, totalmente desarticulado da realidade dos alunos, fazendo com que os mesmos não tenham uma aprendizagem significativa, visto que o conhecimento é um processo em construção, e ainda, cada aluno apresenta uma forma diferenciada de ritmo que precisa ser respeitada.

Em cada classe haverá uma diversidade de cultura e conhecimentos. Portanto, caberá ao professor usufruir de estratégias como: desenvolver novas metodologias de ensino; utilizar recursos diferenciados e processos de avaliação adequados, como forma de tentar minimizar a desigualdade e trabalhar a diversidade.

Os obstáculos são muitos, um deles é a falta de conhecimento do corpo docente escolar para receber o aluno e transformar sua realidade de isolamento em integração e aprendizagem. “Não basta colocar as pessoas com deficiência em classes regulares, se faz necessário assegurar-lhes garantias e práticas pedagógicas que rompam as barreiras de aprendizagem a fim de não se fazer uma educação excludente” (CARVALHO, 2004).

## O desafio da inclusão de surdos em escolas de ensino comum

A integração do surdo e demais portadores de alguma forma de deficiência demandou e demanda esforço e muita luta, luta essa que vem sendo travada dia a dia já que as pessoas com surdez enfrentam inúmeros entraves para participar da escola e da aprendizagem, pois a escola acaba impondo ao surdo uma condição desigual quando não possibilita uma forma de comunicação adequada ao universo de sua linguagem, pois o professor trabalha através da oralidade e da aula expositiva não utilizando a língua de sinais o que dificulta o aprendizado dos conteúdos pelos portadores de alguma deficiência auditiva ou surdez. Conforme Fernandes (2010), “muitos alunos com surdez podem ser prejudicados pela falta de estímulos adequados ao seu potencial cognitivo, sócio afetivo, linguístico e político-cultural e ter perdas consideráveis no desenvolvimento da aprendizagem”. Fomentando a exclusão ao nega a ele à oportunidade de aprender. Como nos diz Damazio (2005 p.108) quando afirma que:

Contrariando o modelo de integração escolar, que concebe o aluno com surdez, a partir dos padrões dos ouvintes, desconsiderando a necessidade de serem feitas mudanças estruturais e pedagógicas nas escolas para romper com as barreiras que se inter põem entre esse



aluno e o ensino, as propostas de atendimento a alunos surdez, em escolas comuns devem respeitar as especificidades e a forma de aprender de cada um, não impondo condições à inclusão desses alunos no processo de ensino e aprendizagem.

É imprescindível também que a escola mesmo com o seu despreparo específico para lidar com esse novo público esteja preparada para compreender que o aluno surdo deve frequentar o sistema comum de ensino, porque é um cidadão com os mesmos direitos e que precisa aprender. Ele precisa de um modelo orientador da Língua Portuguesa, de ficar exposto ao modelo linguístico nacional, pois é no ambiente dos ouvintes que ele viverá sempre. A aprendizagem de uma língua efetiva-se realmente quando alguém tem o contato direto com os falantes dessa língua, interagindo e a utilizando. Para que exista a inclusão social das pessoas Surdas, com o objetivo de participação social efetiva, as escolas precisam organizar-se, considerando alguns fatores: a interação através da Língua de Sinais, a valorização de conteúdos escolares e a relação com esse conteúdo.

É importante também ressaltar que (...) olhar a identidade surda dentro dos componentes que constituem as identidades essenciais com as quais se agenciam as dinâmicas de poder. É uma experiência na convivência do ser na diferença (PERLIN; MIRANDA, 2003, p. 217) que pode contribuir para uma aceitação e um trabalho voltado a inclusão de todos os alunos, respeitado cada singularidade, pois na essência cada um é único e precisa ser considerado como tal. A escola e a comunidade escolar possuem um papel fundamental nesse processo, pois é justamente na escola que se encontra a diversidade cultural e social. Sendo ela um dos primeiros grupos sociais a que o ser humano faz parte é preciso que ela trabalhe em conjunto não só da aprovação das leis mais também nas questões de conscientização e de formação do profissional da educação. Para que se preste uma educação condizente com a necessidade precisa-se de profissionais qualificados, preparados para trabalhar com essa diversidade que contribua de forma eficaz para que a escola cumpra seu verdadeiro papel que é ensinar, pois segundo estudos, todos sem exceção são capazes de desenvolver suas potencialidades e aprender.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após análise dos estudos sobre o tema desenvolvido e de como se estrutura a inclusão do surdo na sociedade de séculos atrás aos dias atuais pode-se concluir que em uma cultura onde se cultua a “normalidade” física e trata o diferente como estranho é difícil se fazer inclusão, sendo ela um processo lento e de conscientização e que mesmo com diversos entraves e obstáculos, demonstra está acontecendo.



Observou-se que foram criadas Leis, decretos, compromissos foram assinados para o bem-estar da minoria que até então era oprimida e abandonada. Entre elas os surdos que com isso tiveram regulamentada sua língua, uma tecnologia voltada as suas necessidades, e o direito de ser respeitado em sua singularidade e especificidade mesmo que ainda seja preciso uma mudança de paradigmas foi dado o primeiro passo para que isso aconteça. Percebe-se que muito já se foi feito, porém ainda precisa-se fazer muito mais para que ela aconteça.

Ressaltou-se que cada pessoa precisa ser respeitada não só por estar escrito em uma declaração de direitos, mas porque todos são seres humanos independentemente da cor, raça, orientação sexual, religião, condição social, física ou mental, são pessoas e merecem ser respeitadas, cada um como sua especificidade. Para que esse respeito exista efetivamente é necessário que cada um aprenda a conviver com a diversidade como também é preciso criar condições, fomentar a inclusão, modificar e fazer adaptações em recursos para que as vidas dos portadores de deficiência tornem-se mais práticas e comuns o possível, ajudando assim a criar uma cultura de respeito a todos.

Outro aspecto a ser destacado para que não haja uma inclusão/exclusão é uma mudança de postura, um novo olhar. A certeza de que não basta o deficiente está inserido na matricula escolar, mais que ele esteja lá sendo respeitado e incentivado a progredir como pessoa e como cidadão. Só assim poderá se dizer que todos os direitos são respeitados e que realmente há inclusão.

Esse tema precisa ser debatido nas universidades e por toda a sociedade para que assim possa chegar a um consenso e uma formação mais humana e solidaria com a causa do deficiente no país.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Deficiência Auditiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

BRASIL. **Decreto 3298, de 20 de dezembro de 1999**. Disponível em: <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em: 02/12/2021.

BRASIL. **Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002**. Disponível em: <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em: 02/12/2021.

BRASIL. **Políticas Nacionais de Educação Especial: Declaração de Salamanca**. Brasília: MEC, 2006.

BUCCIO. M. I.; BUCCIO, P. A. **Educação Especial: Uma história em construção**. Curitiba: IBPEX, 2008.

CARVALHO, R. E. **A nova LDB e a Educação Especial**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.



DAMÁZIO, M. F. M. “Educação Escolar Inclusiva das Pessoas com Surdez na Escola Comum: Questões Polêmicas e Avanços Contemporâneos”. **Anais do II Seminário Educação Inclusiva: Direito à Diversidade**. Brasília: MEC/SEESP, 2005.

FERNANDES, S. **Educação de Surdos**. Curitiba: IBPEX, 2010.

LIMA, M. S. C. **Surdez, Bilingüismo e Inclusão**: entre o dito, o pretendido e o feito (Tese de Doutorado em Educação. Campinas: UNICAMP, 2004

PERLIN, G.; MIRANDA, W. “**Surdos: o Narrar e a Política**”. In: *Estudos Surdos*– Ponto de Vista: Revista de Educação e Processos Inclusivos n. 5, UFSC/NUP/CED, Florianópolis, 2003.

QUADROS, R. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.



## **BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)**

Ano III | Volume 8 | Nº 24 | Boa Vista | 2021

<http://www.ioles.com.br/boca>

### **Editor chefe:**

Elói Martins Senhoras

### **Conselho Editorial**

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

### **Conselho Científico**

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima